

A pesca do pirarucu: o Integralismo e o seu lugar na memória social construída durante o Estado Novo

*Rogério Lustosa Victor*¹

Resumo: Esse artigo parte da tensa relação entre o movimento integralista e a constituição do Estado Novo para, então, localizar o Integralismo como inimigo da ditadura Vargas. A partir da análise das matérias publicadas na grande imprensa, no período de 1937 a 1945, acerca do Integralismo, já inimigo político de Vargas, inferimos que, naquele período, embora aparentemente apenas relatando os fatos, o que a imprensa fez foi partilhar dos mecanismos de propaganda política por meio dos quais o Estado Novo buscou legitimar o seu poder. Nesse processo, os adversários da ditadura não foram poupados e o Estado foi capaz de cunhar representações que ficaram marcadas na memória social. Aos integralistas, coube a pecha de golpistas, risíveis, fanáticos e patéticos.

Palavras-chave: Integralismo. Estado Novo. Memória social.

Abstract: This article focus on the difficult relations between the Integralist movement and the implementation of the Brazilian Estado Novo (1937-1945) and shows how the first come to be seen as an enemy of dictator Getulio Vargas' Regime. This work shows how behind of press apparent neutrality it has in fact followed down the dictatorship mechanisms of reinforcing Vargas legitimacy. In this process rivals such as the Integralist have been not spared and Vargas regime was able to build up representations that have shaped social memory since so. Integralist leaders were portrayed as pro-coup, ridiculous, fanatical, and pathetic.

Keywords: Integralism. Social memory. Brazilian Estado Novo.

¹ Doutorando em História na Universidade Federal de Goiás. Autor dos livros *O integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. São Paulo: Associação Brasileira de Editoras Universitárias, 2005 e *Visões do mundo contemporâneo*. São Paulo: Ópirus, 2011.

O Integralismo e a implantação da ditadura estadonovista

O movimento integralista surgiu em 1932 e teve espantosa ascensão nos anos seguintes, tornando-se o primeiro movimento de massa no Brasil. Organizou excepcional rede de imprensa e, com sua militância atuante, conseguiu fundar núcleos por quase todo o País, configurando-se como “o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional e reunindo cerca de meio milhão de aderentes”.²

O vertiginoso crescimento do movimento abriu rápidas expectativas de futuro às suas lideranças. Em 1937, a Ação Integralista Brasileira (AIB) lançou a candidatura de Plínio Salgado à presidência da República. O pleito, que deveria ocorrer em 1938, não ocorreu. Getúlio Vargas, em novembro de 1937, desfechou um golpe e manteve-se na presidência, como ditador, por mais oito anos.

A AIB corroborou a implantação da ditadura, ao menos se apontarmos para a concepção integralista do papel do Estado — forte, autoritário, centralizado — e sua maciça difusão por sua imprensa e inferimos daí que a situação reforçou a cultura política autoritária no Brasil e, de algum modo, contribuiu para naturalizar a feitura do Estado ditatorial. Mas, para além da vaga dedução da contribuição integralista para a implantação do Estado Novo, houve articulação direta de seu

líder Plínio Salgado com agentes ligados a Vargas e, mesmo com ele próprio, ao processo que culminou no golpe de 10 de novembro de 1937.

Nas articulações políticas que redundaram na instalação da ditadura, Vargas foi o ator central e, acerca dele como ator político, Aspásia Camargo escreveu relevante artigo. O seu texto abre-se com epígrafe em que Vargas diz “Na luta, vencer é adaptar-se, isto é, condicionando-se ao meio, apreender as forças ambientes, para dominá-lo”.³ Assim, ao pensar a personalidade política de Vargas e a instalação da ditadura estadonovista no Brasil, Camargo afirmou que

[...] as grandes inflexões da vida política de Vargas são longamente preparadas. A conciliação no Rio Grande é empreendimento que se estende por mais de uma década. Sua candidatura, em 1929, é um acontecimento esperado, como também o é o confronto armado em 1930. O golpe de 1937 a ninguém surpreende: urdido em silêncio, reúne os segmentos mais expressivos da comunidade política.⁴

Desse modo, vendo no integralismo uma força política não desprezível naquela conjuntura, Vargas buscou uma aproximação com o chefe nacional da AIB, Plínio Salgado, para neutralizá-lo politicamente — a ele e ao seu movimento —, diante do golpe que se urdia.

² TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1974. p.10.

³ CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999. p. 13.

⁴ *Ibid.*, p. 31.

Não terá sido por outra razão que, em setembro de 1937, em nome do presidente da República, Francisco Campos estabeleceu um primeiro contato com Plínio Salgado, já pedindo apoio para o golpe de Estado que ocorreria brevemente. Francisco Campos garantiu ao chefe nacional da AIB que o Integralismo seria a base da futura organização ditatorial que se almejava construir.

Dias depois, em 25 de outubro de 1937, nos bastidores da conspiração, Vargas encontrou-se com Plínio Salgado e eles puderam se entender no que concernia ao golpe. A seu respeito, Vargas anotou em seu diário: “Na noite última, fui com o Macedo à casa do Rocha Miranda (Renato), onde me encontrei com Plínio Salgado, que, de muito, procurava falar-me. Caipira astuto e inteligente, mas entendemo-nos bem”.⁵ Os entendimentos deram-se a partir de promessas de Vargas quanto às ações futuras que promoveria e, também, quanto ao status do Integralismo na nova ordem a qual se constituiria. Dentre as promessas, destacavam-se a substituição gradual dos governadores por novos quadros políticos (questão cara aos camisas-verdes em função de suas posições favoráveis à centralização política), a reorganização da milícia integralista e a entrega da pasta da Educação a algum quadro do movimento chefiado por Plínio Salgado.

O resultado dessa relação amistosa — que promoveu em Plínio Salgado

grandes expectativas em relação ao espaço que seria ocupado pelo seu movimento na nova ordem política que se constituiria — convergiu no apoio do chefe nacional dos camisas-verdes ao golpe urdido por Vargas. O enorme desfile do dia 1º de novembro, quando milhares de integralistas marcharam diante do presidente da República que se encontrava no Catete, foi uma pista do apoio de Plínio Salgado às pretensões continuístas de Vargas. Este assistiu ao desfile como quem já havia controlado os integralistas e estava ali para receber a continência, como chefe da nação, de milhares deles. É o que se vê no seu diário referente ao 1º de novembro:

Quando conversava com este (general Newton Cavalcanti), começou o desfile da concentração integralista pela frente do palácio. Fui assistir a ela, acompanhado pelos generais Newton e Pinto. Mais tarde, chegou o ministro da Guerra, que assistiu ao resto do desfile. Certamente, 20 mil integralistas desfilaram em continência ao chefe da nação.⁶

Entretanto, alguns dias depois do desfile integralista, no dia do golpe, Plínio Salgado viu-se surpreendido pelo discurso proferido por Vargas. Nele, segundo o próprio Plínio Salgado, “não houve uma palavra de carinho para o Integralismo ou para os integralistas. [...] Por todo o País, ouvindo o rádio, um milhão e meio de brasileiros considerava o fato amargamente”.⁷ Tais palavras de

⁵ VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. v. 2. p. 78.

⁶ *Ibid.*, p. 79.

⁷ Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas, 28-01-1938.

Plínio Salgado foram escritas não no dia 10 de novembro, dia do golpe de Getúlio Vargas, mas sim quando a crise entre os integralistas e o Estado Novo parecia quase incontornável. Portanto, elas são representativas de olhar posterior do chefe integralista, pois nos dias seguintes ao do referido golpe, as negociações entre eles - Plínio Salgado e os agentes da ditadura recém-instalada -, continuavam em curso e, diante de tal processo, a perspectiva de futuro que o chefe dos camisas-verdes nutria não permitiria a ele ler o silêncio quanto ao Integralismo presente no discurso de Vargas de 10 de novembro de 1937 de forma tão amarga quanto a expressa na carta acima reproduzida.

Quanto àquelas negociações, em 20 de novembro, Vargas assim se expressava em seu diário: “Antes de começar o despacho, recebi o ministro da Justiça, que me deu conta de sua conversa com Plínio Salgado e da aceitação deste. Ficou também assentado que se fizesse a dissolução de todos os partidos para a organização de um só”.⁸

Plínio Salgado, por sua vez, já havia se antecipado àquela situação e, no dia seguinte ao golpe, em 11 de novembro de 1937, extinguiu a feição política da AIB, transformando-a em sociedade cultural e educacional, esportiva e beneficente. O intuito era se adequar à legislação que

viria e preparar-se para organizar a base do partido único da ditadura, o qual seria o integralista.

Mas o plano de Vargas era outro e, ao escrever em seu diário, em 24 de novembro, sobre as reformas políticas feitas no início da ditadura, assim se postava:

Assentei a recomposição do Ministério: para o Trabalho, o ex-senador Valdemar Falcão; para a Viação, o coronel Mendonça Lima; para o Banco do Brasil, o ministro Marques dos Reis (presidente). Falta o da Educação, que está dependendo de uns entendimentos entre o ministro da Justiça e o chefe do Integralismo sobre a dissolução deste.⁹

Para Vargas, o ministério da Educação ficaria, pois, com algum quadro integralista, porém o integralismo deveria se extinguir. Estabelecia-se, então, o impasse que, por fim, Vargas tentou equacionar com a idéia de permitir o Integralismo como movimento cultural, todavia sem a sua mística. Em 2 de dezembro, assim, ele auto-refletia sobre a questão:

De um entendimento, no dia anterior, entre o general Góis e Plínio Salgado, e de uma palestra, hoje, com o general Newton, encontrei uma solução que me pareceu satisfatória para resolver o caso dos integralistas: dissolvê-los como partido político, permitindo que subsistam como sociedade civil, cultural, esportiva etc., sem fardas nem distintivos. À tarde, no Catete, conversei sobre o assunto com os ministros militares e o da Justi-

Este documento foi amplamente divulgado pelos integralistas e está presente em várias publicações. Utilizei-me da reprodução contida no volume 9 das *Obras Completas* de Plínio Salgado (1956), pp. 217-257.

⁸ VARGAS, 1995, p. 85.

⁹ *Ibid.*, p. 86.

ça, ficando tudo assentado, com alguma relutância do último, que ficou encarregado da nova redação.¹⁰

A relutância a que Vargas referiu-se do ministro da Justiça, Francisco Campos, provavelmente advinha do fato de este ter sido o agente principal nas negociações com Plínio Salgado quanto ao apoio ao golpe de 10 de novembro. E, nestas, havia-se prometido ao chefe dos camisas-verdes bem mais que o que se oferecia agora. De qualquer modo, o decreto foi redigido e assinado pelo ditador antes que houvesse um entendimento definitivo entre os lados em conflito. Na verdade, já no dia seguinte, 3 de dezembro de 1937, pela manhã, Vargas assinou o Decreto-Lei nº. 37, dissolvendo os partidos e a Ação Integralista Brasileira, o que muito surpreendeu Plínio Salgado, e, como Vargas percebeu, houve desgosto e inquietação entre os integralistas.¹¹

Se o decreto proibia a existência de partidos políticos no Brasil — o que era esperado pelo chefe integralista —, por sua vez, também trazia um artigo em que se exigia que os partidos que se transformassem em sociedades civis teriam que mudar de nome. Nesse aspecto, o Decreto-Lei nº. 37 foi feito sob medida para vetar o Integralismo, pois que ele ainda proibia nas sociedades civis o uso de uniformes, distintivos e gestos. Enfim, proibia a mística do Integralismo mesmo como sociedade civil.

Plínio Salgado esforçou-se para enquadrar a extinta AIB à nova situação,

inclusive lhe mudando o nome para Associação Brasileira de Cultura (ABC). No entanto, a ABC, mesmo com seu estatuto enquadrado no citado decreto, depois de demorado trâmite no Ministério da Justiça, não conseguiu seu registro. O ministro da Educação e Saúde do Estado Novo, Gustavo Capanema, no início dos anos de 1940, explicitava a posição do governo: “Decretada que foi a extinção dos partidos políticos, a Ação Integralista Brasileira pretendeu sobreviver, disfarçada em associação de fins beneficentes, desportivos e culturais, mas o Governo não consentiu na farsa”.¹² Efetivamente, o que estava em curso, era a proibição a Salgado em dar continuidade a seu movimento — com ou sem feição explicitamente política.

A pesca do pirarucu e o veto ao Integralismo

O dia 3 de dezembro de 1937 foi decisivo no tocante ao estremecimento das relações entre o Integralismo e o Estado Novo. É possível verificar, seguindo o diário de Vargas, a pouca importância que ele deu às tensões com os integralistas. Durante os meses de dezembro e janeiro, ele mencionou a crise em apenas dois momentos: em 8 de dezembro de 1937, quando escreveu que “À noite, recebi o chefe da Polícia, que me informou sobre a irritação dos integralistas, principalmente militares, que estavam, senão numa

¹⁰ Ibid., p. 89.

¹¹ Ibid., p. 90.

¹² SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 107.

fase conspiratória, pelo menos de franca sabotagem dos atos do governo”.¹³ E, no dia seguinte, quando relatou a pequena crise envolvendo o general Newton Cavalcanti, o qual se fez demissionário da Vila Militar “por causa da dissolução do integralismo”.¹⁴

A despeito da relativa indiferença de Vargas, havia uma situação crítica, para a qual Plínio Salgado ainda tentava uma saída política. Em um último, sincero e desesperado apelo, ele enviou uma carta (referida acima) para Vargas em 28 de janeiro de 1938, em que se ressentia com os motivos que o faziam estar sendo visto como um ‘pirarucu’¹⁵ por Vargas pescado e, desse modo, expôs-se, ingenuamente:

[...] Logo os jornais, havendo censura oficial, começaram a me atacar, a ridicularizar o movimento integralista. Alguns diretores de jornais me informaram que recebiam ordens diretas de autoridades para abrir fogo contra nós.

¹³ VARGAS, 1995, p. 91.

¹⁴ *Ibid.*, p. 91

¹⁵ Em muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia, em que se pratica a pesca do pirarucu, parece haver uma antropomorfização do peixe e, ao se referirem a ele, “dizem ‘o pirarucu’, seguindo uma personificação efetiva que transforma o animal em um ator, um interlocutor ativo, um ser com vontade, ‘inteligência’ e ‘emoções’” (MURRIETA, Rui Sérgio S. A Mística do pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo Amazonas. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 113-130, dezembro de 2001). Pescar o pirarucu confere ao seu agente grande prestígio, pois o seu processo de pescaria “implica muita paciência e habilidades altamente refinadas” devido ao “tamanho grande, à força e à celebrada ‘inteligência’ do pirarucu” (MURRIETA, 2001, p. 121). A metáfora por nós utilizada justifica-se na medida em que Vargas foi visto como ator que conseguiu astutamente vencer Salgado, como o bem-sucedido pescador diante do pirarucu.

Em todas as rodas de políticos da cidade só se falava então no tombo que V. Exa. nos dera; no novo ‘pirarucu’ que V. Exa. pescara; na rasteira que V. Exa. Passara no Integralismo [...].¹⁶

Vargas não a respondeu e não demonstrou maior interesse pela questão. Paralelamente às infrutíferas tentativas de Plínio Salgado a um entendimento político com Vargas nos termos acertados antes do golpe, ocorria uma série de incidentes entre polícia e integralistas. Em 10 de janeiro de 1938, foram apreendidas armas no núcleo integralista de Juiz de Fora - MG. O *Diário de S. Paulo* noticiou, nos dias 19 e 20 de janeiro, a apreensão de muito armamento e a prisão de 24 integralistas em uma casa, em Campo Grande - RJ, após um tiroteio. Outros incidentes foram registrados pela imprensa.¹⁷

O momento era delicado para os camisas-verdes mais envolvidos na ação política. O militante integralista, Jair Tavares, assim descreveu o clima predominante no período:

[...] a polícia do Sr. Felinto Müller desfechou contra o Integralismo e os integralistas a mais tórpe das perseguições. Os nossos núcleos onde funcionavam escolas, lactários, gabinetes médicos, cursos de corte e costura e bordado, foram vandâlicamente depredados, as casas dos integralistas invadidas, os integralistas presos, espancados, mutilados e

¹⁶ SALGADO, Plínio. *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. vol. 9, p. 243.

¹⁷ Ver CARONE, Edgard. *O Estado Novo: 1937-1945*. São Paulo: Difel, 1977. p. 200. (Coleção corpo e alma do Brasil).

até mortos pelas mãos dos policiais bes-
tificados. Isso naturalmente provocou
revolta [...].¹⁸

Os ânimos exaltavam-se e os inci-
dentes prosseguiam. Em 31 de janeiro do
mesmo ano, foram apreendidas diversas
armas em Niterói – RJ na casa do inte-
gralista Major Pedro Otaviano de Olivei-
ra. Ainda em Niterói, três dias depois, a
polícia prendeu o proprietário de uma
padaria e, no local, foram encontrados
uniformes e armas de integralistas. Em-
bora os incidentes não estivessem ligados
a um movimento maior e articulado de
ação integralista contra o Estado Novo, o
fato é que a cúpula dos camisas-verdes —
entre estes o Chefe Nacional — já se arti-
culava com outros setores antigetulistas,
tramando um golpe.

Olbiano de Melo, que era Secretá-
rio Geral da Câmara dos 40,¹⁹ descreveu
como se deu essa tomada de posição com
intento golpista:

Uma noite fui procurado na “A Ofensi-
va” pelo Comandante Vitor Pujol e outro
oficial da Marinha de Guerra. Informa-
ram-me que a oficialidade integralista
tivera uma reunião com seus camaradas
do Exército e estavam todos resolvidos
a pôr termo àquele “impasse”. Revoltar-
-se-iam desse no que desse. Pediam-me
ambos que, como Secretário-Geral da
“Câmara dos 40”, fôsse com eles conver-

sar com Gustavo Barroso, Comandante-
-Geral das milícias em todo o Brasil e,
em seguida, com Belmir Valverde que
tudo indicava estaria de acôrdo com o
levante armado. [...] Barroso concor-
dou, então, que passássemos à ação re-
volucionária. Seguimos dali para a casa
de Valverde. Exposto o motivo da visita
combinou-se que no dia seguinte pela
manhã falaríamos com Plínio Salgado.
Após este último encontro iniciou-se a
conspiração.²⁰

O movimento integralista — ou ao
menos suas lideranças — respaldara a
ação política que implantou a ditadura
estadonovista, contudo, agora se via em
delicada situação, já que as condições
para o apoio integralista ao golpe, ne-
gociadas previamente, não haviam sido
cumpridas. Plínio Salgado “pescado” não
se conformava com suas novas e reduzi-
das condições políticas e, assim, pressio-
nava o governo a fim de que ele aceitasse
as condições outrora combinadas para
que os camisas-verdes o apoiassem, ou
seja, o movimento integralista deveria
permanecer como entidade cultural e,
a pasta da Educação, ser entregue aos
camisas-verdes.

Se Vargas, num primeiro momen-
to, acenava para a possibilidade de um
camisa-verde ocupar o ministério da
Educação — mas sem a camisa verde —,
em fevereiro de 1938, as relações entre
integralistas e governo e a relutância de
Salgado em se conformar em ser o “novo

¹⁸ SALGADO, 1956, p. 246.

¹⁹ O movimento integralista organizou, nos anos de
1930, uma estrutura pré-estatal. A resolução n.º.
165 da AIB, de janeiro de 1936, criou a Câmara
dos Quarenta, precursora do que viria a ser, no
ambicioso projeto integralista de formação do
Estado Integral, o Senado.

²⁰ MELO, Olbiano de. *A marcha da revolução
social no Brasil: (ensaio histórico-sociológico do
período 1922 a 1954)*. Rio de Janeiro: Edições O
Cruzeiro, 1957. p. 124-125.

pirarucu”²¹ por Vargas pescado fez este mudar o curso de suas posições e ignorar definitivamente os apelos de Salgado. Os apelos sucediam por todos os meios, inclusive ele se valeu de uma amiga em comum, Rosalina Coelho, a quem Salgado encarregou de enviar carta a Vargas com a explicitação das condições para que os integralistas assumissem o ministério da Educação.

Acerca de mais esse apelo de Plínio Salgado, Vargas, em 16 de fevereiro de 1938, assim aludiu em seu diário: “D. Rosalina teve uma conferência com Plínio Salgado e traz-me as condições escritas pelo genro deste para ele entrar para o Ministério. Pedi à portadora que as devolvesse, dizendo que eu não tomava conhecimento”.²²

A carta levada por Rosalina só poderia se referir, na verdade, às exigências integralistas para que eles cessassem a conspiração contra o Estado. Embora não passasse despercebidamente das autoridades governamentais que os integralistas conspiravam, Vargas não aceitou as imposições de Plínio Salgado para apaziguar o conflito. Este tomava a forma de conspiração armada e a situação era informada ao ditador por várias autoridades do governo. É o que se percebe em seu diário, em anotações alusivas ao dia 12 de fevereiro: “Vieram falar-me sobre conspirações que estavam sendo tramadas no Exército, etc. Combinei inicialmente providências militares no Rio

Grande e em São Paulo, e aconselhei o chefe de Polícia vigilância aqui, não convido, por enquanto, a fazer prisões”.²³ Dois dias depois, em 14 de fevereiro, as informações da conspiração chegavam de modo mais grave: “O ministro da Justiça, impressionado com os boatos de conspiração, quer apressar as coisas”.²⁴ E, no dia 16 do mesmo mês, mesmo dia em que Vargas recebeu a visita de Rosalina, ele assim registrava o clima conspiratório dos integralistas contra o governo: “A polícia fluminense descobre uma conspiração integralista em Petrópolis e faz prisões”.²⁵

Para muitos integralistas, a traição de Vargas, juntamente com a abrupta interdição do Integralismo na política nacional, despertara tamanho estado de revolta que optaram pelo levante armado. O golpe integralista eclodiu em 11 de maio de 1938 e converteu-se num enorme fracasso. A posterior repressão aos camisas-verdes foi brutal. O inquérito policial, enviado ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN), apontava como cabeças do movimento os integralistas Belmiro de Lima Valverde, Raymundo Barbosa Lima, Francisco Caruso Gomes e Plínio Salgado. Estão também nele listados como “cabeças” do levante os militares, General João Cândido de Castro Júnior, Tenente-Coronel Airton Plaisant, Capitão de Mar e Guerra Fernando Cockrane, bem como os militares reformados, Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo e

²¹ SALGADO, 1956, p. 243.

²² VARGAS, 1995, p. 109.

²³ *Ibid.*, p. 108.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *Ibid.*, p. 109.

Tenente Severo Fournier. Além desses, os gaúchos José Antônio Flores da Cunha e Carlos Bernardino de Aragão Bozano. Como autores e cúmplices da ação, o inquérito listava dezenas de pessoas, entre integralistas e não-integralistas.

Poucos dias após o levante, já se encontravam detidos na casa de correção, localizada na Ilha Grande, cerca de 1500 indivíduos suspeitos de envolvimento com o episódio ou efetivamente envolvidos. Entre eles, Raymundo Barbosa Lima, chefe integralista da província da Guanabara e que havia ajudado Belmiro Valverde na articulação do movimento; o próprio Belmiro Valverde, articulador geral do movimento; o tenente Júlio Barbosa do Nascimento; Nuno de Oliveira; o capitão Fernando Cockrane; e os não-integralistas, generais Castro Júnior e Klinger e, semanas mais tarde, o Tenente reformado Severo Fournier. Enquanto isso, Plínio Salgado,²⁶ Miguel Reale e Loureiro Júnior permaneceram foragidos.

A prisão — ou a entrada na clandestinidade — das lideranças integralistas abalou a estrutura organizativa do movimento. Além disso, os camisas-verdes passaram a conviver com uma ampla campanha contrária ao seu movimento e foram tachados de golpistas, covardes, patéticos e extremistas. Alguns adjetivos

pejorativos já haviam sido usados contra eles, mormente pelos comunistas, mas agora isso se dava em maior escala e aos integralistas não era possível a defesa de seu movimento no espaço público. O veto ao Integralismo estava selado.

O lugar do Integralismo na memória social constituída durante o Estado Novo

A partir da imprensa submetida pela ditadura, construiu-se uma narrativa bem elaborada acerca do Integralismo e fixaram-se as ideias-imagens que marcaram as representações mais compartilhadas relativas ao movimento dos camisas-verdes. Maria Helena Capelato afirmou que a propaganda política em regime de natureza totalitária “atua para aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões” e que “os sentimentos, fenômenos de longa duração, são manipulados de forma intensa pelas técnicas de propaganda com o objetivo de produzir forte emoção. Entanto, os móveis das paixões variam conforme o momento histórico (honra, riqueza, igualdade, pátria, nação, etc.)”.²⁷ Embora a ditadura Vargas não tenha tido natureza totalitária, concordamos com Capelato que nela “não apenas as técnicas de manipulação sejam destinadas a provocar mudanças de sensibilidade e exaltação dos sentimentos, mas também as for-

²⁶ Salgado, depois de permanecer foragido na capital federal por alguns dias, seguiu para São Paulo, ficando escondido até 26 de janeiro de 1939 quando foi preso. Colocado em liberdade dias depois, ele foi novamente preso em 29 de maio do mesmo ano. Da sua segunda prisão, só sairia em 22 de junho de 1939, em direção ao exílio em Portugal, país em que permaneceria até 1946.

²⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998. p. 64. (Coleção textos do tempo)

mas de organização e planejamento dos órgãos encarregados da propaganda política revelam identidade com a proposta nazista”.²⁸ Daí a possibilidade de pensarmos o Estado Novo como ator privilegiado no processo de formação da memória social por meio da mídia, em especial dos jornais de grande circulação.

Vejamos então alguns discursos emitidos para o grande público naquele contexto e que pressupomos terem definido o lugar do Integralismo na memória social.

Em 12 de maio de 1938, o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, noticiou o golpe integralista ocorrido no dia anterior. A matéria, com o subtítulo *Réprobos da Pátria*, dizia o seguinte:

“A Nação”, em edição especial que circulou às 12 horas de hoje, publica uma nota em que os adeptos de Plínio Salgado são taxados de réprobos da pátria ao serviço do estrangeiro. Os que ainda hontem se propunham salvar o paiz e fazer obra de paz entre os brasileiros, usaram na madrugada de hoje a técnica e os sistemas bolchevistas, matando, incendiando casas e fuzilando indefesos cidadãos. A nota referida que tem o título “Quem eram elles” termina dizendo que todos os brasileiros a esta hora já sabem que eram os companheiros de Plínio Salgado, o covarde chefe do integralismo no Brasil.²⁹

O *Correio do Povo* reportava ao levante integralista como tendo usado “a

²⁸ Ibid., p. 65.

²⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 de maio de 1938, p. 3.

técnica e o sistema bolchevique”, fazendo menção a acontecimento vivo na memória: a intentona comunista. A respeito desta, no ano em que ela ocorreu, em 1935, havia sido amplamente divulgada a ideia de que os comunistas tinham matado inocentes dormindo e, agora, a semelhança entre os dois acontecimentos (a intentona comunista e o golpe integralista), estabelecida pelo jornal, permitia o uso do subtítulo “repóbras da pátria”, pois como senão como repóbras poderiam se qualificar indivíduos que haviam, na madrugada, matado indivíduos, incendiado casas e fuzilado indefesos cidadãos, como assegurava aquela matéria do citado jornal? Esse ato, narrado como repulsivo, reservou para o seu final o categórico adjetivo destinado a qualificar, ou melhor, desqualificar o chefe integralista: covarde.

No mesmo dia 12 de maio de 1938, o *Diário de Notícias* noticiava:

O sr. Agamenon Magalhães, interventor federal, publicou na “Folha da Manhã”, de hoje, uma proclamação cientificando a população dos acontecimentos desenhados no Rio.

Nessa proclamação, diz s. excia. que na madrugada de hoje os integralistas assaltaram a residência do sr. Getúlio Vargas no Palácio Guanabara, sendo vencidos. Após a comédia dos punhais, recorreram agora a uma emboscada, fazendo atentados pessoais.

A técnica terrorista adotada é a mesma do Comunismo. O Integralismo recorre ao mesmo processo empregado pelos comunistas, com a mesma crueldade e a mesma covardia [...]”.³⁰

³⁰ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12 de maio de

Aqui os acontecimentos daquela madrugada foram relatados por Agame-non Magalhães. Ele era interventor federal em Pernambuco e foi chamado pelo jornal de “s. excia”, o que torna o lugar da fala ainda mais autorizado. E a fala autorizada do interventor desabonava o movimento integralista, que não era levado a sério: ainda antes de se reportar ao golpe daquela madrugada, ele lembrou-se da “comédia dos punhais”, referindo-se à suposta apreensão pela polícia, na casa de Plínio Salgado, de três mil punhais com a cruz gamada quando da repressão à primeira tentativa de insurgência integralista em março de 1938. A lembrança de tal episódio colocava-o no rol das coisas hilariantes: a apreensão dos punhais era lembrada como algo patético.

Ainda segundo o interventor, a técnica empregada pelos integralistas no golpe da noite anterior se constituía na mesma do comunismo e ela era terrorista. A associação do levante integralista à intentona comunista mais uma vez era retomada e permitia maximizar a pecha de cruel e covarde atribuída à ação integralista.

A pecha de covarde, para aludir aos camisas-verdes, efetivamente, surgiu anos antes do golpe de 1938. Em 7 de outubro de 1934, quando os integralistas, em São Paulo, reuniram-se na Praça da Sé para comemorar os dois anos do lançamento do Manifesto de Outubro, comunistas armados, posicionados em prédios ali situados, abriram fogo contra

1938, p. 5.

os camisas-verdes, ferindo vários deles e deixando dois mortos.³¹ Os jornais comunistas nos dias seguintes retrataram o episódio como “a revoada dos galinhas-verdes”, ressaltando a covardia dos integralistas ao fugirem desordenadamente dos tiros. A partir dali, tal pecha passou a ser recorrente (ao menos nos jornais comunistas) e, para narrar os acontecimentos de 1938, ela foi amplamente usada. Isso é o que se percebe em matéria intitulada *Dominada uma Revolta Integralista*, do *Jornal do Comércio*, em edição daquele mesmo dia 12 de maio:

[...] Essa nova intentona integralista, que assumiu o caracter revoltante do atentado pessoal, causou geral indignação. [...] No Cattete, a guarda afugentou os que pretendiam penetrar no parque da quelle palacio, fazendo alguns prisioneiros enquanto outros fugiram amedrontados.³²

Em tal narrativa, mais uma vez, os integralistas eram representados como covardes, pois fugiram amedrontados como haviam feito quatro anos antes no episódio da Praça da Sé. E, se eram covardes, só podiam mesmo fugir, onde quer que tenham participado do malogrado episódio. É o que se lia no *Correio do Povo* que, ao reportar a uma das tentativas de assalto da intentona — a de tomar o Telégrafo Nacional — assim expressava a covardia integralista:

³¹ Na ocasião morreram os integralistas Jayme Barbosa Guimarães e Caetano Spinelli. Eles seriam considerados mártires pelos integrantes do movimento.

³² *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1938, p. 8.

Logo que irrompeu o movimento, numeroso grupo de integralistas tentou assenhorar-se do Telegrapho Nacional. A guarda, ali sempre destacada, recebeu-os à bala, ferindo dois assaltantes enquanto os demais fugiam.³³

Na matéria acima citada, percebe-se outra característica negativa atribuída aos integralistas, porém não tão presente nos discursos quanto a de covarde, falamos da qualidade de fanático imputada aos camisas-verdes. Na matéria que cobriu o golpe, podia-se ler que:

Entre os detidos, figura um rapaz, quasi creança, pois conta apenas 17 annos, que foi preso à Rua Visconde Itauna, com uma arma, munição e camisa verde sob o paletot. Perante o delegado especial da Segurança Política e Social, o jovem não parecia perturbado, fixando tranquillamente a autoridade. À primeira pergunta, exclamou: “Plínio Salgado mandou que me rebelasse”. Não foi possível arrancar-lhe mais qualquer declaração.³⁴

Ao narrar que o jovem detido, ao ser indagado sobre as atividades rebeldes da madrugada anterior, disse apenas que “Plínio Salgado mandou que me rebelasse”, o jornal instigava o público leitor a lembrar-se do que já havia outras vezes sido divulgado pela imprensa para se evidenciar o fanatismo integralista: a cerimônia de entrada de novos militantes na AIB, existente no seu estatuto, a qual exigia que o futuro integralista jurasse obediência e fidelidade ao “Chefe

Nacional”.³⁵ O cumprimento cego às ordens do chefe revelado por aquele jovem remetia sem dificuldade à pecha de fanático.

Matérias do teor arrolado acima foram amplamente difundidas pela grande imprensa, quase sempre sendo repetidas em vários jornais. Em alguns casos, a repetição é fácil de ser explicada, pois muitos periódicos pertenciam aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que as reproduziam em várias unidades do grupo. Em semelhantes matérias, era possível constatar a existência de narrativas alusivas ao Integralismo, aparentemente objetivas, que estariam supostamente relatando o real. Michel de Certeau, ao analisar a instituição do real por meio da mídia, afirma que:

O real contado dita interminavelmente aquilo que se deve crer e aquilo que se deve fazer. E o que se pode contrapor aos fatos? A pessoa tem que se inclinar e obedecer àquilo que “significam”, como o oráculo de Delfos. A fabricação de simulacros fornece assim o meio de produzir crentes e, portanto, praticantes. Esta instituição do real é a forma mais visível de nossa dogmática contemporânea. É também a mais disputada entre partidos.³⁶

³³ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 de maio de 1938, p. 3.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ De acordo com os protocolos da AIB, todo futuro militante deveria, antes do ingresso na organização, prestar um juramento diante de fotografia de Salgado. No juramento, diziam-se as seguintes palavras: “Juro por Deus e pela minha honra trabalhar para a Ação Integralista Brasileira, executando, sem discutir, as ordens do chefe nacional e dos meus superiores”.

³⁶ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 287.

A representação da realidade não é separada da realidade e assim se instituem sentidos percebidos como tal. A ausência de marcas de enunciação, em discursos que se apresentam como apenas narrativas de fatos acontecidos às quais não se pode contrapor, aumenta ainda mais o seu peso no que concerne ao aspecto performativo. Destarte, forjavam-se, na memória social, as representações mais compartilhadas acerca do Integralismo. Ele era o que o discurso autorizado acerca dele pronunciava: risível, covarde, golpista e com militantes fanáticos.

Assim, a partir das matérias acerca do Integralismo, publicadas na grande imprensa, é possível inferir que, entretanto, embora aparentemente apenas relatando os fatos, o que a imprensa fez foi partilhar dos mecanismos de propaganda política por via dos quais o Estado Novo buscou legitimar seu poder. Nesse processo, adversários da ditadura, como eram os integralistas, não foram poupados. Maria Helena Capelato considera que esse tipo de propaganda política em qualquer regime “é estratégia para o exercício do poder, mas nos de tendência totalitária ela adquire uma força muito maior, porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula”.³⁷

Ainda que o regime implantado após o golpe de 1937 não tenha tido caráter totalitário, ele foi capaz de controlar

a imprensa escrita e os programas radiofônicos, ou seja, os veículos expressivos de comunicação de massa da época. Em 1937, com a ditadura recém instalada, outorgava-se nova Carta e ela abolia a liberdade de imprensa e instituiu a censura prévia. No mesmo ano, publicou-se o Código de Imprensa, o qual tornava ilegal qualquer referência considerada desrespeitosa às autoridades públicas.

Em 1939, o controle dos meios de comunicação por parte da ditadura tornou-se ainda mais rigoroso com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Segundo Luiz Maklouf Carvalho:

O DIP exigia que a imprensa louvasse o ditador. Tinha a força da distribuição do papel, o dinheiro fácil das matérias pagas, a polícia política, a censura sistemática e a violência institucionalizada do regime — tudo isso materializado nas prisões cheias e nos estados de sítio e de guerra decretados em diversas ocasiões. Com raríssimas exceções de O Estado de S. Paulo — expropriado à força das armas em março de 1940 e mantido sob intervenção até 1945 — e, no Rio, do Correio da Manhã, A Noite, A Manhã e Orlando Ribeiro Dantas com seu corajoso Diário de Notícias, a imprensa dobrou-se, sem espernear, e muitas vezes com indistigável prazer. Foi o caso de todos os veículos de Chateaubriand, com destaque para O Cruzeiro.³⁸

³⁷ CAPELATO, 1998, p. 66.

³⁸ CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. p. 69.

Supomos com Pierre Bourdieu³⁹ que “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem”, e, em uma ditadura, como era o caso do Brasil naquele momento, o campo político tornou-se ainda menos livre. A censura explícita limitou ao extremo o restrito campo dos discursos e das representações políticas. Nesse contexto, o próprio Estado, com seus atores, definiu-se como o agente central e fundamental para o País, e contra ele restariam apenas os réprobos, os covardes, os fanáticos, os atores das comédias, provocadores da desordem ou da farsa. Ao “cidadão comum, reduzido ao estatuto de consumidor”,⁴⁰ restava a opção de aderir às representações acerca do Integralismo construídas pelo Estado Novo e pela grande mídia ou distanciar-se do mundo político. Enquanto isso, a oposição à ditadura — e, nela, muitos integralistas — refugiava-se na clandestinidade ou no exílio, aguardando o desenlace do avanço dos regimes autoritários no Brasil e na Europa.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ:

Ed. FGV, 1999. p. 13-34.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Mulheres em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. (Coleção textos do tempo). Campinas: Papirus, 1998.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo: 1937-1945*. São Paulo: Difel, 1977. (Coleção corpo e alma do Brasil).

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MURRIETA, Rui Sérgio S. A mística do pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo Amazonas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 113-130, dez. 2001.

SALGADO, Plínio. *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 09 v.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1974.

³⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p.166.

⁴⁰ Ibid., p.164.

Fontes documentais

Correio do Povo. Porto Alegre, 12 maio de 1938.

Diário de Notícias. Porto Alegre, 12 de maio de 1938.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 12 maio de 1938.

MELO, Olbiano de. *A marcha da revolução social no Brasil* (ensaio histórico-sociológico do período 1922 a 1954). Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1957.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. v. 2.

